

O ESTATUTO DA LÍNGUA CHINESA EM MACAU*

ChengXianghui **

Em 23 de Fevereiro de 1991, a imprensa de Macau referiu que, num encontro que teve lugar em Lisboa, os ministros dos Negócios Estrangeiros da RPC e de Portugal tinham chegado a acordo num assunto de grande importância para Macau, ou seja, o da oficialização, desde logo, da língua chinesa. A parte chinesa acordou também que, após a integração de Macau na China, em 1999, o estatuto oficial do português se manteria. Dias depois, a imprensa local noticiou que, antes do final de 1991, a Administração do Território tornaria públicas as medidas necessárias conducentes a efectivar a oficialização do chinês, com o intuito de dar o primeiro passo na legalização da língua sínica. Esta notícia foi recebida com agrado, pois uma coisa é falar-se na oficialização do chinês e outra tomar medidas concretas para a implementação do acordado nesta matéria.

No caso de Hong Kong, o chinês foi oficializado nos finais da década de sessenta, passando a ser reconhecido em pé de igualdade com o inglês; no entanto, ainda hoje, na maioria dos casos, nos processos judiciais usa-se predominantemente o inglês, sendo o chinês raramente utilizado. Isto vem provar que, para oficializar o chinês na prática, é necessário que se tomem medidas concretas e que estas sejam implementadas. O assunto está a ser amplamente discutido, não só no Palácio do Governo, mas também entre a população chinesa e portuguesa com a finalidade de implementar na prática a oficialização do chinês.

* Comunicação apresentada no «Seminário internacional das línguas faladas em Macau: evolução no período de transição», organizado pela Associação de Ciências Sociais de Macau entre 28 e 31 de Março de 1992.

** Professor-adjunto da Faculdade de Chinês da Universidade de Macau e vice-presidente da Associação de Ciências Sociais de Macau.

1. A LEI BÁSICA E A BASE TEÓRICA DA OFICIALIZAÇÃO DO CHINÊS

A *Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China*, enquanto projecto e visando a recolha de opiniões e sugestões, possui três artigos que podem servir de base na discussão deste tema:

- 1) A Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) será uma região administrativa local, integrante da RPC, subordinada directamente ao Governo Popular Central da RPC, a gozar dum alto grau de autonomia. (Capítulo II, artigo 12.º);
- 2) Na RAEM não serão aplicados o sistema e as políticas socialistas, mantendo-se inalterados o actual sistema capitalista e os seus modos de vida durante cinquenta anos. (Capítulo I, artigo 5.º);
- 3) Além da língua chinesa, poder-se-á usar também a língua portuguesa nos organismos do Governo, no órgão legislativo e nos tribunais da RAEM. (Capítulo I, artigo 9.º).

Daqui podemos concluir que, no respeitante ao problema da língua e na elaboração de políticas destinadas a tratar este assunto, devem ser tomados em consideração os aspectos da identidade e das diferenças existentes entre a RAEM e o poder central de Pequim. Se quisermos considerar o facto de Macau ser uma região administrativa especial (RAE) directamente subordinada ao governo popular da RPC, dar-se-á ênfase ao aspecto da identidade local; se considerarmos em primeiro lugar o sistema que se aplicará em Macau, que deverá manter-se inalterado durante cinquenta anos e é diferente do praticado no continente chinês (vulgo, a política de «um país, dois sistemas»), devemos focar a nossa atenção nas diferenças típicas locais. Só um estudo efectuado com base na realidade poderá traduzir-se nas medidas políticas correctas. Quando se trata do relacionamento entre a língua oficial e a popular, entre a língua escrita e a oral, entre o *putonghua* e o dialecto cantonense, e os caracteres simplificados e não simplificados, é nosso parecer que se deve procurar sempre que possível a identificação e, se tal não for possível, que se respeite a diferença existente.

2. A LÍNGUA OFICIAL É A LÍNGUA UTILIZADA PELO GOVERNO, NOS TRIBUNAIS E EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Esta é a definição que nos é dada de «língua oficial» no *Longman Dictionary of Applied Linguistics* (1985) e no *Dicionário Inglês-Chinês de Linguística Pedagógica* (1988). Nos países multilíngues, como é o caso de Singapura, por exemplo, onde se falam o

inglês, chinês, malaio e tamul, sendo as quatro línguas oficiais, dizem-nos aqueles dicionários que «pode haver mais de uma língua oficial».

Qual é então a situação da língua oficial em Macau? Há quatrocentos anos, em Macau falava-se exclusivamente chinês. Com a ocupação portuguesa, a língua lusa tornou-se, a pouco e pouco, na língua oficial. Este tipo de língua oficial, divulgada e aplicada pela força, através do poder governamental, muda naturalmente de estatuto quando muda o poder. Até ao início da década de oitenta, nos correios, os formulários para envio de telegramas encontravam-se impressos exclusivamente em português. No entanto, a língua mais falada no Território é o chinês, seguido pelo inglês e pelo português, para além doutras línguas menos representativas, como sejam as da Birmânia, Camboja, Tailândia, Filipinas, Vietname, Laos, França, Japão e Coreia.

Hoje no entanto o bilinguismo oficial está assegurado à luz da lei, como já referido, e, após 1999, o chinês e o português continuarão a ser línguas oficiais.

Dado que a RAEM estará subordinada ao poder popular central da RPC, a língua oficial do Território terá de ser a mesma, não apenas para facilitar a comunicação, mas também pelo próprio facto do poder local estar *subordinado* ao poder central. As políticas linguísticas a aplicar na RAEM devem, por outro lado, ser diferentes das aplicadas nas regiões das minorias nacionais do interior do país. No território chinês, as línguas das minorias nacionais gozam de estatuto oficial, mas os dialectos gozam dum estatuto inferior, e não são reconhecidos como língua oficial unificada da Nação, o *putonghua*. Aliás, o estatuto oficial do chinês unificado e estandardizado, é precisamente expressão da soberania administrativa do poder central sobre o território de Macau. O facto de se continuar depois a utilizar o português como língua oficial, terá que ver sobretudo com a realidade histórica local: os portugueses administram o Território há mais de quatrocentos anos, e os seus descendentes, que totalizam cerca de dez mil indivíduos, ocupam cerca de 2% da população. Por outro lado, os documentos oficiais e legais são todos escritos em português e, mesmo traduzidos para chinês, não deixarão de fazer sentir a sua influência, que, aliás, se prolongará para além de 1999.

Os portugueses naturais de Macau são bilingues, falando tanto o chinês como o português, dominando tão bem uma língua como a outra. Este bilinguismo é no entanto geralmente definido como «bilinguismo misturado»¹. Entre eles são no entanto raros os que dominam o chinês escrito. Os portugueses originários do Território

¹ Chen Xianghui e Liu Xianbing, «A circulação do trilinguismo e o desenvolvimento saudável do chinês em Macau», *Língua da China*, n.º 1, 1991.

vão pois ter de socorrer-se do português, durante um período relativamente longo, como forma de comunicação com o Governo. Podemos assim afirmar que o uso do português como língua oficial de Macau é um fenómeno social resultante de um período histórico específico.

Actualmente, em Macau, a língua oficial usada na prática é o português. O Governo tem no entanto feito esforços que visam a oficialização do chinês, sendo, alguns exemplos dignos de menção, por exemplo, o uso de tradução simultânea na Assembleia Legislativa; o uso de intérpretes que acompanham os governantes na sua participação em reuniões públicas; muitos documentos legais estão hoje já traduzidos em chinês, alguns tendo mesmo sido publicados em versão bilingue; muitos documentos e formulários nos serviços públicos encontram-se hoje disponíveis nas duas línguas, etc. É de referir também que o Governo criou um Gabinete de Tradução Jurídica que está encarregue de traduzir os documentos legais de Macau e da República Portuguesa.

Posto isto, levantamos a pergunta: Poderá assim afirmar-se que o chinês adquiriu já, na prática, o estatuto oficial que possui na lei? A resposta tem de ser negativa, porque o texto original da lei prevalece sempre sobre a sua tradução. Será preciso que a legislação seja redigida originalmente nas duas línguas para que os textos legais tenham o mesmo valor. Existe neste momento, se se quiser, um direito da língua chinesa ser utilizada na tradução dos documentos legais, mas não se pode falar ainda em estatuto oficial real.

3. O CHINÊS COM ESTATUTO OFICIAL E A LÍNGUA NACIONAL DA RPC — O *PUTONGHUA*

O conceito da língua oficial está relacionado com o conceito de língua nacional e língua estandardizada. Os governos da maior parte dos países do mundo declararam uma língua de uso nacional, que é a língua oficial. É esta que estabelece as normas, a aplicar às outras línguas e dialectos que se falam no mesmo país, e que devem ser aplicadas na Administração, Legislação e demais assuntos oficiais. A língua nacional, sendo a língua oficial, é também a língua estandardizada.

A Enciclopédia da União Soviética define o termo «hanyu» (chinês), como «a língua étnica do povo han e a língua nacional da RPC». Não obstante, as variedades de «han» ou chinês tipicamente locais, são muitas as suas diferenças, nalguns casos mesmo maiores do que entre algumas línguas europeias. O chinês oficial, que ultrapassa as fronteiras dos dialectos, é reconhecido psicológica e constitucionalmente pelo povo chinês. Duas pessoas, oriundas de zonas onde se falam dialectos diferentes, quando dialogam, usam, sem qualquer acordo prévio, instintivamente, o chinês oficial e é

isto que permite reconhecer que o *putonghua* é a língua unificada e que esta unificação é uma realidade psicológica. Aliás, o chinês oficial era antigamente designado como *guanhua*, que significa, literalmente, «chinês dos oficiais», ou, se quisermos, «chinês oficial». Será isto uma coincidência? A língua oficial da China usa-se não apenas na RPC, mas também como a língua mais falada nas comunidades chinesas da península da Indochina, Malásia, Indonésia, arquipélagos do Pacífico e nas diversas cidades da costa norte-americana, sendo também uma das seis línguas de trabalho da ONU.

Costuma dizer-se que nada é de temer mais do que ouvir os cantonenses falar *putonghua*. Será que o nível do chinês oficial falado pelos habitantes da futura RAEM satisfaz os requisitos oficiais? A nossa opinião é que o nível do chinês oficial falado pelos habitantes instruídos de Macau e Hong Kong domina essencialmente o chinês oficial. A língua dum país avançada tem duas formas: falada e escrita. A falada é a forma rústica da língua. A escrita, a sua forma mais elaborada, e chama-se habitualmente «composição». Sem a fala não haveria escrita, pois esta é uma elaboração daquela, sendo-lhe assim superior. É exactamente nesta forma superior que a língua desempenha o seu papel de língua oficial.

A língua escrita possui as seguintes características:

1) Usa-se nos meios de comunicação social e nas obras literárias;

2) É descrita e explicada em detalhe nos dicionários e gramáticas;

3) Ensina-se nas escolas aos nacionais como língua nacional e aos estrangeiros como língua standardizada (à excepção dos estrangeiros que procuram aprender um dialecto específico por interesse pessoal, como é o caso de alguns funcionários governamentais portugueses e ingleses, em Macau e Hong Kong). Em termos de linguística aplicada, a língua escrita que possui estas três características designa-se língua standardizada. Os dois dicionários de linguística acima referidos dizem que «um país tem uma única língua standardizada, embora a fonética possa diferir de região para região. A língua oficial da Grã-Bretanha é o inglês, mas a sua fonética difere da Escócia para Gales e sul da Inglaterra. O que aconteceu com a língua chinesa é um fenómeno semelhante. A língua chinesa identifica-se também por este padrão acima referido. Para os habitantes de Hong Kong e Macau, por exemplo, a língua comum e elaborada é chamada «yutiwen», ou seja, língua literária. Mesmo os alunos a nível da escola primária conhecem já este aspecto ou nível da língua. Este é, na realidade, o único meio exacto de expressão das suas ideias e sentimentos na escrita, e o seu nível de *yutiwen* é geralmente sempre superior ao de composição no seu

dialecto natal. Os jornais e revistas e as obras literárias usam o *yutiwen*, (excepção feita às histórias jornalísticas e à literatura em dialecto); os materiais de ensino em chinês, incluindo matérias como a língua, história, geografia e ciências naturais, usados nas escolas de Macau, são todos redigidos em *yutiwen*. Refira-se que o *yutiwen* é ainda usado nos dicionários em dialecto, na explicação dos significados das palavras. O chinês é pois o idioma moderno usado também, de há muito, em Macau e Hong Kong. Para os macaenses que o usam e escrevem, o estatuto oficial do chinês não é uma matéria estranha.

4. DESATAR O «NÓ SENTIMENTAL» QUE UNE O DIALECTO E A LÍNGUA DE USO COMUM

Fala-se cantonense, escreve-se *yutiwen*, e em casa fala-se o dialecto natal (o sotaque da terra natal mantém-se inalterado durante toda a vida); na escola e nas áreas profissionais, estuda-se e usa-se pelo menos uma língua estrangeira; hoje, no entanto, uma língua estrangeira começa a ser insuficiente e exige-se já o trilinguismo como ferramenta de trabalho. As exigências na área do multilinguismo e multidialectismo tornam de sobremaneira pesada a carga linguística dos habitantes de Macau e Hong Kong, mas oferecem-lhes, simultaneamente, maiores oportunidades de desenvolverem e explorarem as suas capacidades. Se compararmos o presente com o passado, notamos que o nível de desenvolvimento dum sociedade é directamente proporcional ao grau de multilinguismo dessa sociedade. Nova Iorque, por exemplo, é uma cidade em que se falam hoje mais de uma centena de línguas; 37% das pessoas falam inglês em casa, e, ao inglês, seguem-se o espanhol, o italiano, o chinês e o francês. Quanto maior o número de línguas, maior o número de etnias. Este aspecto dum sociedade pode ser positivo ou negativo, consoante o modo como seja tratado o problema do multilinguismo. Nos EUA, os abusos devido às diferenças linguísticas são graves; os indivíduos com um domínio insuficiente do inglês sentem-se inferiorizados e isto traduz-se na sua capacidade competitiva que enfraquece². Macau e Hong Kong enfrentam também problemas semelhantes, mesmo no que respeita aos dialectos. Hoje em Hong Kong, quem não dominar o inglês convenientemente não chegará nunca a alto funcionário do Governo. Em Macau, o mesmo acontece — quem não fala bem o português não pode chegar ao alto círculo da Administração do Território. Mesmo os chineses do norte que se estabeleceram em Macau, se não falam convenientemente o cantonense enfrentam

² «Problemas causados pelos impedimentos linguísticos», *Tai Chong Pou*, Macau, 11 de Setembro de 1991.

inúmeros problemas. É por esta razão que os naturais do norte do país, de Xangai, Fujian, etc., aprendem com afinco o cantonense.

Todas as pessoas nutrem um sentimento especial pela sua terra natal e pelo seu dialecto, pois é este que lhes permite exprimir ideias e sentimentos de forma mais genuína. É no dialecto natal que se medita; quando uma pessoa conta mentalmente, fá-lo no seu dialecto natal. A língua-mãe é também laço sentimental: no estrangeiro, ou mesmo de viagem na China, se um chinês encontra uma pessoa que fala o mesmo dialecto, e pertence à mesma comarca, vila ou aldeia, é como se se tratasse dum familiar. O cantonense está a este nível de dialecto local. Pessoalmente, e embora eu não seja natural de Cantão, alimento um interesse e um sentimento particular para com o cantonense, pois este dialecto possui características de alto valor académico. Foneticamente, por exemplo, herdou características do período médio clássico da história da China; Wang Li, um dos maiores linguistas chineses, frisou que «o cantonense tem a fonética exacta do *guanyu* (língua dos oficiais)». O sistema fonético do cantonense é um livro aberto sobre o sistema fonético chinês do período das dinastias Tang e Song, e continua a manter ainda hoje as vogais e o entoamento daquele período; e se lhe juntarmos as consoantes dos sistemas linguísticos denominados *wuyu*, *xiangyu* e *minyu*, podemos ouvir as vozes dos grandes poetas do passado, Lei Bai e Du Fu. Quanto ao dialecto, o cantonense identifica-se profundamente com o *zhuangyu* (a língua dos Zhuang), pelo que há quem opine que o chinês e o cantonense são sistemas linguísticos paralelos, em que o cantonense não deveria estar classificado como dialecto e subordinado ao chinês oficial, ou «dos Han» (o termo *hanyu* significa literalmente «língua dos Han», ou «falar dos Han»). Este tema merece um estudo aprofundado.

Quanto às relações do dialecto com a língua comum, a política correcta seria a de implementar a língua comum entre toda a população, sem rejeitar o direito de existência aos dialectos nem se criar obstáculos ao seu desenvolvimento. A mistura das línguas é no entanto um processo inevitável. Com o desenvolvimento científico e tecnológico, as distâncias têm vindo a reduzir-se cada vez mais, de modo que a necessidade dum língua comum se faz sentir mais do que nunca. Esta realidade vai traduzir-se num aproximar gradual dos dialectos que pertencem a um mesmo sistema linguístico, o que irá generalizar o uso e funções da língua estandardizada. Quanto à questão dum língua de uso internacional, e futura unificação internacional das línguas, hão-de envidar-se esforços no sentido de calcular e planear esta evolução.

Face a esta realidade, há que lidar convenientemente com a questão dos dialectos e da língua oficial e do lugar e estatuto de cada uma. O professor Chen Yaonan, da Universidade de Hong Kong, num discurso público, afirmou que «como naturais de Cantão,

sentimos uma grande intimidade com o cantonense, e amamos o nosso dialecto profundamente, pela sua flexibilidade, riqueza, expressividade e vivacidade, e os jornais de Hong Kong usam amiúde expressões do cantonense que nos dão prazer e fazem sentir ainda mais esse nível de intimidade com a língua; não obstante, estes nossos jornais em chinês, que são usados como material de ensino da língua e que alimentam espiritualmente toda a sociedade, têm um nível linguístico bastante deficiente»³. As palavras do professor Chen vieram de certo modo «desatar o nó sentimental» que une os dialectos e a língua comum.

Semelhante experiência foi também vivida em Taiwan. O número de Setembro da revista «Ruptura», publicou uma reportagem intitulada «Os Taiwanenses falam o dialecto de Taiwan», onde se lê: «Os naturais de Taiwan protestam contra a declaração do mandarim como língua nacional, argumentando que se deveria realizar a localização e ensinar a população a falar a língua de Taiwan (que é o dialecto do sul de Fujian)». O autor acrescenta ainda: «Antes, ninguém queria aprender a língua de Taiwan. Hoje, toda a gente cuida em que não seja posta de lado». Pessoalmente, pergunto-me por vezes, «mas afinal, donde é que eu sou?», porque quando no estrangeiro digo que sou taiwanense, tenho de acrescentar que sou natural doutra província, pois não falo o dialecto de Taiwan. Quando me ouvem dizer que sou de Hunan, os habitantes do continente corrigem-me e dizem-me que sou de Taiwan, no entanto, os taiwanenses dizem-se que sou doutra província por não falar taiwanês... Qual é, afinal, a minha terra natal?

Parece-me no entanto que esta realidade nunca virá a ser vivida em Macau.

5. COM A OFICIALIZAÇÃO DO CHINÊS BENEFICIAR-SE-Á A POPULARIZAÇÃO DO *PUTONGHUA*

Um dos objectivos de popularização do chinês oficial em Macau é o de facilitar a regularização dum veículo de expressão mais uniforme. Zheng Yanping, antigo alto intérprete do Governo de Hong Kong, opina que «de há muito que o chinês oficial deveria ter sido popularizado em Hong Kong, principalmente com o objectivo de ajudar o aperfeiçoamento da língua escrita entre os chineses, não com a preocupação de que seja falado na perfeição (até porque, na realidade, nem os nortenhos falam o chinês oficial de forma cem por cento correcta, como erradamente se pensa). Exigir a todas as escolas o uso do chinês oficial no ensino não será realista, mas vivemos uma época em que as línguas se agrupam à escala mundial, o que exerce uma enorme influência sobre Hong

³ *Construção Linguística*, Hong Kong, n.º 28, Maio de 1990.

Kong, onde se fala e escreve de modo diverso». Será que isto significa que não se pode escrever em dialecto? A resposta é negativa: «Não se proíbe, naturalmente, que se escreva em dialecto cantonense. Existe na China um número considerável de romances em dialecto; mas isto será sempre uma excepção; de contrário, como permitir aos chineses doutras províncias que percebam a nossa escrita?». A conclusão destas considerações é esta: «Dominar o *putonghua* ajudará sem dúvida a aperfeiçoar a nossa escrita em *yutiwen*⁴».

O que Zheng refere é o relacionamento entre a escrita e a fala. Segundo ele, a fala exerce uma grande influência sobre a escrita e bem falar é bem escrever. Na realidade, a popularização do chinês oficial é sobretudo a divulgação do chinês estandardizado falado na RPC, pois na escrita, tanto em Hong Kong como em Macau as pessoas instruídas usam o *baihuawen* ou *yutiwen*. O que se impõe aos chineses de Macau e Hong Kong é que, através da aprendizagem do chinês oficial falado, melhorem o seu nível de chinês escrito evitando o uso de termos e expressões inerentes ao dialecto cantonense. Só deste modo será possível melhorar o nosso nível da escrita e facilitar a comunicação com os chineses de outras regiões.

A ênfase da popularização do chinês oficial deve ser posta na fonética, que toma para medida padrão as regras fonéticas e a pronúncia do chinês falado em Pequim. Exemplo tipo desta pronúncia serão, por exemplo, os locutores de rádio em Pequim. Para os naturais de regiões onde se falam dialectos, a pronúncia seria o aspecto mais difícil da aprendizagem do chinês oficial. Para os nortenhos que aprendem cantonense, por outro lado, o aspecto mais difícil são as vogais e a entoação. Para algumas pessoas, o modelo do chinês falado em Pequim poderá ser uma meta inatingível. O modelo é no entanto indispensável como bitola. «A minha opinião é no entanto que a língua comum duma nação deve ter regras explícitas e unificadas. O inglês unificado, por exemplo, toma por padrão a pronúncia do sul da Grã-Bretanha, no inglês falado pelas pessoas instruídas. Esta pronúncia é classificada como modelo e habitualmente recomendada aos estrangeiros que aprendem o inglês. Este ideal não pode no entanto ser dominado por todos quantos estudam inglês, e a maioria dos utentes do idioma, que o estudaram como segunda língua, falam apenas um inglês aceitável. O mesmo se passa com o chinês. A «língua Han» pura não pode ser dominada por todas as pessoas, que falam, na sua maioria, o chamado «Lanqing», ou língua oficial misturada com dialecto, que se aproxima do chinês estandardizado. Embora a pureza da língua não seja fácil de atingir, as suas regras devem ser mantidas, para

⁴ «Baihua», Ming Bao, Hong Kong, 21 de Julho de 1991.

evitar o caos, e para evitar mesmo que novos «dialectos» surgissem do chinês oficial misturado com elementos dialectais locais»⁵.

Durante o período de transição e após a criação do planeado governo da RAEM, poderá tomar-se o Lanqing como regra temporária para calcular o nível de chinês oficial falado entre a população.

Nos últimos anos, nos círculos linguísticos da RPC, surgiu um termo amiúde usado, o «*putonghua* local»⁶, o que despoletou discussões sobre a questão da língua de transição. É evidente que «pessoas de diferentes zonas dialectais, ao começarem a aprender chinês oficial, têm uma tendência para injectar termos e expressões dialectais típicas no seu discurso»⁷. No entanto, a minha opinião é que o referido termo conduziria facilmente à modelação precoce da língua de transição e isto poderia levar a que, satisfeito com o seu nível de «chinês oficial local», o utente da língua estagnasse na sua aprendizagem da língua estandardizada. Isto é aliás o que se passa nalgumas universidades dos EUA, onde se criou um título académico designado «sub-bachelor»; este, não sendo um título superior nem conferindo diploma de colégio superior, leva no entanto a que muita gente, uma vez atingido este nível, abandone os estudos, pondo de lado a ideia de aprofundar os seus conhecimentos. Não fosse a criação deste «título» académico, os estudantes haveriam de esforçar-se por progredir. O termo «língua oficial Lanqing» indica já uma fase transitória na aprendizagem do chinês oficial, pelo que nos parece desnecessário estar a criar novos termos como o acima referido. O grande linguista Zhao Yuanren frisou que só depois de uma fase de aprendizagem e uso do «Lanqing» é possível atingir a pureza do chinês oficial estandardizado⁸. Este será, cremos, o caminho a seguir pelas pessoas de Macau e Hong Kong que estejam interessadas em subir aos píncaros do *putonghua*.

6. CRIAÇÃO DUMA COMISSÃO REGIONAL DE TRABALHO PARA A ESTANDARDIZAÇÃO DO CHINÊS

Se concluímos já que é necessário estandardizar o chinês e que o modelo de Pequim deve ser seguido, resta-nos procurar as regras

⁵ Cheng Xianghui e Tian Xiaolin, *Chinês Moderno*, Sanlian Ltd., Hong Kong, 1989.

⁶ Yao Zhongchun, «É preciso dar início à investigação do *putonghua* local», *Construção Linguística*, Beijing, n.º 3, 1989; Chen Yachuan, «A natureza e as características do '*putonghua* local' e outras questões», *Ensino do Chinês no Mundo*, n.º 1, 1991.

⁷ Cheng Xianghui e Tian Xiaolin, *Chinês Moderno*, Sanlian Ltd., Hong Kong, 1989.

⁸ Cheng Xianghui, «A língua oficial Lanqing e o *putonghua*», *Ming Bao*, Hong Kong, n.º 233, Maio de 1985.

para o uso do vocabulário e gramática, dois aspectos afinal bem mais importantes do que a standardização da fonética. A Assembleia Académica sobre a Questão da Standardização do Chinês Moderno, que teve lugar em 1955, estipulou que o *putonghua*, ou o «falar popular», «toma a fonética de Pequim como modelo, as línguas do norte como dialectos base, e as obras modelo escritas em *baihuawen* moderno para definição das regras de gramática». Estas regras dão a conhecer as coordenadas da fonética e gramática do chinês oficial; quanto às regras de vocabulário, devem tomar-se as línguas do norte como dialectos de base». Esta ideia «de base» pode explicar-se do seguinte modo: nem todas as palavras dos dialectos do norte têm de entrar no vocabulário do chinês oficial, nem se levantam barreiras à inserção nele de vocabulários que vêm de outras proveniências. O uso do vocabulário obedece a regras flexíveis e portanto difíceis de controlar. Esta flexibilidade, no entanto, não pode ser confundida com uma certa liberdade no uso de expressões tipicamente dialectais, a que os escritores e jornalistas de Macau e Hong Kong são naturalmente propensos. Os exemplos que se poderiam apresentar seriam inúmeros, mas, e dado que a sua apreciação conveniente implica um conhecimento relativamente aprofundado do chinês, não nos demoramos aqui sobre eles.

Dado que entre o cantonense e o chinês escrito ou literário existem pontos comuns de difícil diferenciação, o Governo de Macau poderia adoptar o método de Singapura⁹, ou seja, a criação de um comité para a standardização da língua chinesa. Este comité seria integrado por linguistas que se responsabilizariam pela uniformização do chinês. Segundo a experiência de Singapura, este trabalho deveria dar particular atenção ao aspecto do uso de vocabulários. Este comité, subordinado ao Ministério da Educação de Singapura, tem uma «comissão de vocabulário¹⁰» encarregada de coleccionar e classificar os vocábulos segundo categorias, e apresentar sugestões e projectos de standardização às autoridades, que, uma vez aprovados, são implementados a nível nacional. Vários problemas são considerados nestes casos, como sejam coincidências fonéticas (no chinês, muitas palavras são homófonas, embora lhes correspondam caracteres distintos, etc.), e a principal preocupação é a de procurar sempre o termo ou termos que mais facilmente possam ser aceites pela sociedade, sem ferir as sensibilidades culturais, tradições, etc.

O jornal «União», de Singapura, tem envidado também grandes esforços na colecção, classificação e investigação de termos

⁹ Lu Shaochang, «Colecção de Estudo sobre a Língua Chinesa», Centro de Estudos da Língua Chinesa da Universidade Estatal de Singapura, 1990.

¹⁰ Wang Huidi, «As características do vocabulário da língua chinesa de Singapura», *Comunicação Linguística*, Hong Kong, n.º 22, Dezembro de 1990.

e vocábulos do chinês. O comentarista deste jornal, Wang Huidi, tem desenvolvido um trabalho notável nesta área, sobretudo na colecção de sinónimos usados nas diversas regiões, analisando-os estatisticamente, geralmente a partir da frequência de uso. A análise e o estudo do vocabulário não se limitam somente à tradução de palavras e selecção de elementos paralelos, mas também às palavras dos dialectos, línguas estrangeiras e termos vindos do chinês clássico. Para além do vocabulário, há ainda que tomar em consideração a gramática, escrita, redacção, estilo de artigos de uso prático, entre outros. Sem um estudo profissional colectivo efectuado por especialistas, será difícil chegarmos a uma conclusão científica sobre este tema. Em Macau, por exemplo, o chinês sem receber qualquer atenção particular tem-se desenvolvido por si, e, em muitos casos, provocando problemas como o de um nome dum líder ou personalidade dum país estrangeiro ter várias traduções distintas. Hoje, se há a intenção real de divulgar o chinês oficial, urge criar organismos especiais para estudar e investigar a problemática do chinês.

7. A QUESTÃO DOS CARACTERES SIMPLIFICADOS E NÃO SIMPLIFICADOS

A polémica levantada em volta da questão da simplificação ou não simplificação dos caracteres chineses tem, por assim dizer, três motivos, nomeadamente, de ordem política, cultural e académica. No entanto, este assunto perdeu já o relevo que se lhe deu nos primeiros tempos. Hoje em dia, as diferenças políticas não ditam o uso dos caracteres simplificados ou não simplificados, do mesmo modo que a questão da romanização do chinês deixou de interessar a quem quer que seja, e que só se usa como notação fonética dos caracteres e do chinês oficial. Academicamente, no entanto, a polémica vai prolongar-se ainda por um período relativamente longo, mais especificamente no que respeita aos métodos de simplificação e detalhes de cada carácter, pois será difícil chegar-se a consenso por unanimidade. As propostas são inúmeras para a simplificação de certos caracteres e é impossível prever em muitos casos qual será a escolha final. A polémica da simplificação global dos caracteres foi já no entanto abandonada. Resolveu-se a questão da orientação; falta-nos dar solução aos problemas técnicos.

Qual o rumo da escrita chinesa? A coexistência de caracteres simplificados e não simplificados é hoje um facto consumado, e os caracteres simplificados utilizam-se no continente chinês, bem como entre os chineses do resto do mundo e na ONU, como língua de serviço. Discutir hoje se os caracteres devem ou não ser simplificados seria a mesma coisa do que discutir se a criança nascida devia nascer ou não. O que há a fazer hoje é adoptar uma atitude realística e medidas adequadas, correspondentes à realidade da

situação. O cantonense é uma ilha isolada pelo chinês oficial escrito (que utiliza os caracteres simplificados), e o mesmo se pode dizer de Hong Kong, Macau e Taiwan. Para além do mais, há que não esquecer que, mesmo em Macau e Hong Kong, se usam amplamente os caracteres simplificados, por exemplo, nas ementas dos restaurantes, na imprensa, etc. A realidade é que a simplificação dos caracteres é a tendência predominante do desenvolvimento do chinês; e, embora haja exceções, se estudarmos a história da evolução dos caracteres chineses desde os seus primórdios, temos de admitir que a simplificação tem sido a tendência natural. E, dos que se opõem à simplificação dos caracteres, poderá perguntar-se quem é que nunca utilizou um carácter simplificado?! Quem é que nunca leu um livro em caracteres simplificados? A escrita não passa dum instrumento de intercâmbio e comunicação, usado pelo homem. O chinês moderno, na sua forma simplificada e não simplificada, é hoje amplamente usado em diferentes regiões. Aliás, os caracteres simplificados e não simplificados não são tão diferentes uns dos outros que isso possa representar um fosso inultrapassável entre as duas formas de escrita. Trata-se ainda do mesmo sistema linguístico, só que alguns traços, nalguns caracteres, foram simplificados. Quem conhece os caracteres não simplificados não precisa de muito tempo para aprender a ler os caracteres simplificados, sendo o inverso igualmente válido embora apresentando um grau de dificuldade superior. Os alunos do ensino secundário e primário não conheciam os caracteres não simplificados, mas não deixaram, nem por isso, de rapidamente aprender a usá-los. Por outro lado, ninguém entra na escola para aprender formalmente a forma mais complexa da escrita. Quem usa os caracteres simplificados, por seu lado, precisa também de aprender os caracteres não simplificados, por exemplo, para ler os textos clássicos, e apreciar convenientemente a pintura e caligrafia. Por seu lado, quem domina a forma complexa da escrita precisa de aprender a sua forma simplificada para poder ler os jornais e livros do interior e comunicar com o continente, a nível oficial ou privado. O mais importante é que os que moram nas regiões onde se utiliza a escrita simplificada ou não simplificada pertencem todos à mesma raça, têm todos o mesmo sangue, encontram-se todos unidos por laços «familiares» de há milhares de anos. Do ponto de vista do intercâmbio real, a separação não existe.

Do ponto de vista administrativo, Macau será uma região administrativa especial sob a jurisdição do Governo Popular Central, e a comunicação entre as duas partes terá de se processar sem interferências nem falhas. Os documentos do Governo Central, em caracteres simplificados, não passarão a escrever-se em caracteres não simplificados na RAEM, pelo que será preferível Macau adaptar-se ao Poder Central passando a usar caracteres simplificados na área administrativa. Em termos de uso popular, Hong Kong, Macau e Taiwan são as bases dos caracteres não simplificados e,

segundo a política de «um país, dois sistemas», as regiões administrativas especiais poderão continuar a utilizar os caracteres não simplificados. Isto aliás contribuirá para a preservação da antiga tradição escrita chinesa, do mesmo modo que Macau, sob a administração da futura RAEM, reconhecerá o estatuto oficial do português, considerando-o como um complemento do chinês.

Em Macau, Hong Kong, no continente e no ultramar, as personalidades que se preocupam com a problemática da escrita chinesa e com a questão de Macau e Hong Kong estão envolvidas em projectos que visam delinear medidas conducentes a resolver, de modo satisfatório, esta questão. As propostas e ideias apresentadas têm sido muitas. No interior do país houve quem propusesse que toda a gente devia ser capaz de ler os caracteres não simplificados e escrever os simplificados; no ultramar, há quem opine que se devem usar os dois; a revista de Hong Kong «Construção Linguística» (Yuyan Jianshi Tongxun) propôs que se optasse pelo uso simultâneo dos dois sistemas, imprimindo a revista de acordo com o tipo de caracteres do manuscrito; algumas escolas norte-americanas exigem aos alunos que conheçam os dois tipos, e escrevam um deles; em 1983, eu sugeri que se deixasse circular livremente tanto um sistema como outro¹¹. É minha ideia que é necessário às pessoas instruídas de Macau e Hong Kong aprenderem a ler os dois tipos de caracteres e, quanto à escrita, ambos os sistemas são bons, sempre que os caracteres sejam escritos correctamente. Considero também aceitável o uso misturado dos dois tipos de caracteres. Os caracteres podem, à semelhança do país, adoptar a política de «um país, dois sistemas» e «uma escrita, duas formas», coexistindo durante um longo período. Este fenómeno de coexistência é aliás resultado duma etapa histórica, e, de certo modo, aplica-se o provérbio: quanto mais depressa, mais devagar. É conveniente deixar andar e permitir que a situação se resolva naturalmente por si, levada pela maré da História, de modo a revelar-nos a sua verdade.

Macau, Setembro de 1991.

Nota: O presente trabalho foi concluído em Setembro de 1991. Em Dezembro findo, o Conselho de Ministros português aprovou e promulgou um decreto declarando oficial a língua chinesa em Macau. Em Fevereiro do corrente ano, o *Boletim Oficial* da Administração de Macau publicou este Decreto Oficial, assim se tendo completado o processo legislativo necessário à oficialização do chinês em Macau.

¹¹ «Uso simultâneo dos caracteres simplificados e não simplificados», (Edição actualizada), Sanlian Ltd., 1991; «Um bom livro de aprendizagem do chinês — Uso simultâneo dos caracteres simplificados e não simplificados, e a investigação do chinês», *Diário de Macau*, 18 de Agosto e 1 de Setembro de 1991.